

**RE no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.193.052 - SP
(2017/0269252-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : IZAQUE MATZANBACKER RODRIGUES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. **TEMA 788/STF**. RECURSO EXTRAORDINÁRIO SOBRESTADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, sintetizado nos seguintes termos (fl. 526):

AGRAVO REGIMENTAL E EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. AGRADO IMPROVIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial do prazo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado.

2. Agravo regimental improvido e embargos de declaração rejeitados.

Os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público do Estado de São Paulo foram rejeitados às fls. 567/571.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 532/543), sustenta o recorrente que está presente a repercussão geral da questão versada e que houve ofensa aos artigos 5º, inciso II, e 37, ambos da Constituição Federal.

Afirma que o acórdão impugnado desconsidera o texto expresso da Lei n.º 11.596/07 e acrescenta que "É evidente que antes do trânsito em julgado para as duas partes não pode haver início da prescrição da execução, pois o prazo entre a sentença e o acórdão é prazo pertinente à ação penal" (fl. 543).

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 582/588.

É o relatório.

O recurso deve ser sobrestado.

O acórdão recorrido firmou-se no sentido de que o termo inicial da contagem do prazo da prescrição executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal do artigo 112, inciso I, do Código Penal, que é mais benéfica ao condenado.

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, reconheceu a repercussão geral da matéria no ARE-RG n. 848.107 (Tema 788), julgado assim ementado:

CONSTITUCIONAL. PENAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO NA MODALIDADE EXECUTÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO SOMENTE PARA A ACUSAÇÃO. ARTIGO 112, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL. NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO DO REFERIDO INSTITUTO PENAL COM O ORDENAMENTO JURÍDICO CONSTITUCIONAL VIGENTE, DIANTE DOS POSTULADOS DA ESTRITA LEGALIDADE E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, INCISOS II E LVII). QUESTÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. MATÉRIA PASSÍVEL DE REPETIÇÃO EM INÚMEROS PROCESSOS, A REPERCUTIR NA ESFERA DO INTERESSE PÚBLICO. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL.

(ARE 848.107 RG, Relator Min. DIAS TOFFOLI, julgado em 11/12/2014, processo eletrônico DJe-033, divulgado em 19/2/2015, publicado em 20/2/2015.)

E, estando ainda o mérito do aludido Agravo em Recurso Extraordinário pendente de julgamento perante o Excelso Pretório, impõe-se o sobrestamento deste recurso.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, III, do Código de Processo Civil, **determino o sobrestamento deste recurso extraordinário** até a publicação da decisão de mérito a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do **Tema 788/STF**.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
Vice-Presidente